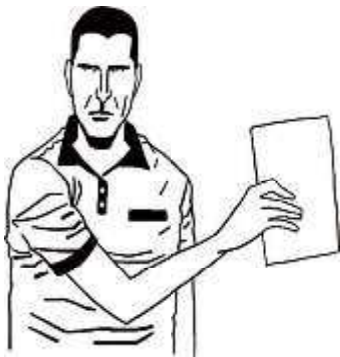




O CAMINHO DO DINHEIRO ▸ CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHADOR

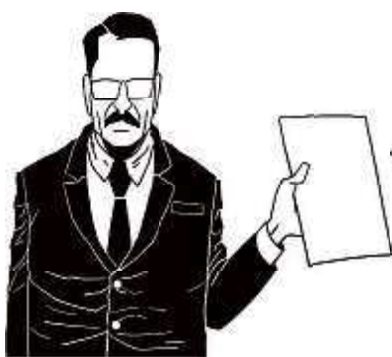
Dinheiro do imposto sindical, apesar de ser distribuído pelo governo, não é fiscalizado. Como as organizações não são obrigadas a prestar contas, não são poucas as histórias de irregularidades. Na Justiça, foram abertas 431 ações, de 2014 até janeiro de 2016, que envolvem mau uso do dinheiro, inadimplência ou casos de desvio

Trabalhador



Um dia do salário do trabalhador, por ano, é usado para pagar a contribuição sindical

Patrão



O valor é descontado em março pelo patrão e pago à Caixa Econômica Federal. A guia pode ser emitida pelas empresas ou pelos sindicatos, mas é gerada por um sistema do banco

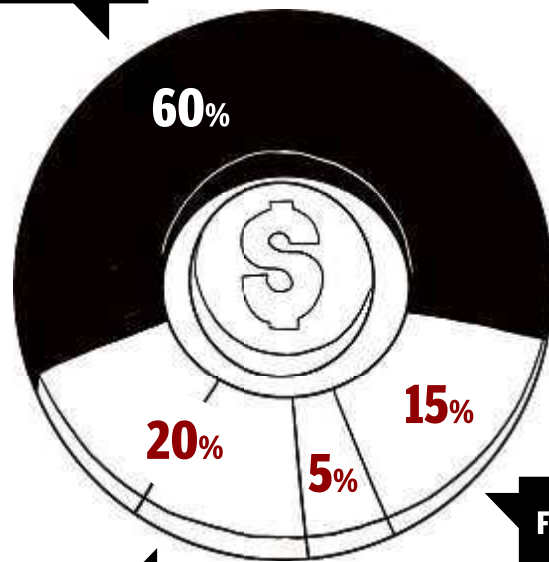
Banco



O banco fica responsável de gerenciar os recursos e dividi-los. São sete formas de distribuição. Tudo depende da organização da categoria

DIVISÃO

Sindicato da categoria



Ministério do Trabalho

(responsável em repassar 10% para a central sindical)

Confederação

DINHEIRO E PODER

PELA ETERNIDADE

SÉRIE REVELA SEGREDOS E RECEITA MILIONÁRIA DOS SINDICATOS

▸ MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br
▸ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

O sindicalismo brasileiro, uma instituição histórica, tem se perdido em meio a uma trama de disputa por dinheiro e poder. Com caixas milionárias, entidades deixam de lado a missão de intermediar interesses de patrões e trabalhadores para manter estruturas inchadas de dirigentes que se perpetuam nos cargos. Organizações encontram brechas na Constituição, que desde 1988 garante o direito à liberdade sindical, para não prestar contas à sociedade da receita com a taxa obrigatória, o imposto sindical, que em nove anos (2007 a 2015) arrecadou R\$ 350 milhões no Estado.

Até o ano passado, o governo manteve guardado a sete chaves os dados financeiros do sindicalismo.

São décadas de segredos em cima de instituições que movimentaram, só em 2015, R\$ 3,4 bilhões no país. É nessa falta de transparência que um cenário de corrupção, fraudes eleitorais, desvio de dinheiro público e até mortes se alastra.

Sem contar os líderes que lançam mão de estratégias para se manterem no poder por longos anos. É o caso de Zivan Roque Tavares, suspeito de montar cinco sindicatos no Estado (Sindbombeiros, Sindtter, Sindferragens, Sindmontagens e Sindprest), além de federações e central sindical. A cada vez que os órgãos fiscalizadores descobrem o registro de uma instituição fantasma ligada ao dirigente, ele encontra formas de abrir outra organização, segundo apontam investigações como as realizadas pelo Ministério do Trabalho, usando até laranjas

R\$ 350 MILHÕES

IMPOSTO SINDICAL

Valor arrecadado no Estado com a contribuição obrigatória entre 2007 e 2015

para camuflar seus esquemas.

Denúncias averiguadas pelas autoridades, algumas já na Justiça, indicam que as organizações foram constituídas para desviar a contribuição sindical e fazer cobranças proibidas pela legislação,

como a venda de homologações a empresas com passivos trabalhistas (leia mais na página 37).

DINHEIRO FÁCIL

No Estado, em 2015, o imposto sindical foi responsável por debitar de contracheques de empregados e do faturamento de empresas R\$ 55,8 milhões. As quantias parecem baixas diante da receita nacional, mas são suficientes para construir sindicatos milionários, alguns, inclusive, administrados pelos mesmos dirigentes há quase 30 anos.

Até quarta-feira, nesta série de reportagens, A GAZETA abrirá a caixa-preta do sindicalismo para mostrar o retrato dessas organizações e revelar como a taxa compulsória virou garantia de "dinheiro fácil". Há, hoje, uma explosão de sindicatos com baixo nível de representatividade,

o que causa prejuízos aos trabalhadores, que, mesmo pagando a contribuição, não recebem a proteção sindical.

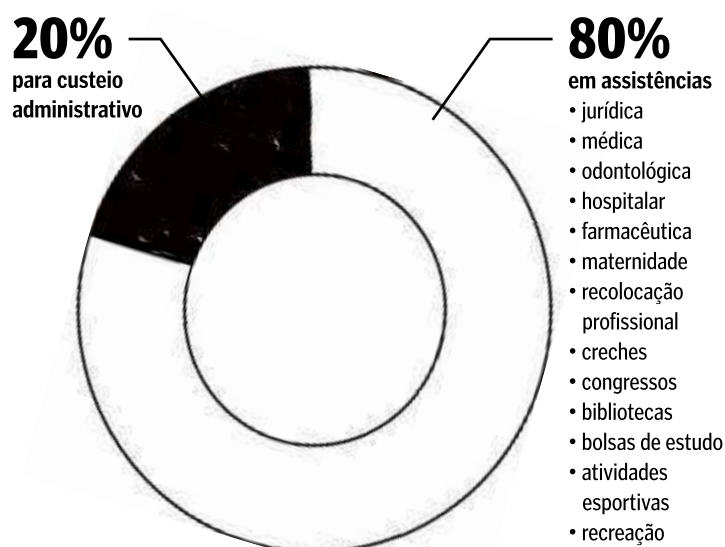
Após levantar milhares de dados inéditos, a reportagem constatou que o imposto é apenas a ponta do iceberg de uma estrutura que encontra novas formas de tributar funcionários e empregadores para até triplicar as receitas.

Líderes sindicais também acham lacunas na lei para ampliar seus tentáculos com diversas contribuições extras, que muitas vezes o trabalhador nem mesmo sabe por que paga. No Estado, há 12 federações e 362 sindicatos, dos quais 226 representam os trabalhadores e 136 são patronais. A maioria usa a bandeira do assistencialismo para engordar a renda, mas nem sempre os serviços prometidos chegam àqueles que precisam.

No Norte do Estado, em cidades como Ponto Belo e Mucurici, existem trabalhadores que precisam andar quase 150 quilômetros ou depender da boa vontade da Defensoria Pública para homologar a rescisão contratual, mesmo tendo contribuído para o sindicato. Alguns pagam por benefícios que nunca usaram, como serviços de saúde e odontológico. O problema é que as cifras arrecadadas não passam por auditoria. Nem mesmo as conquistadas com o imposto são averiguadas. Ao contrário de órgãos públicos, que precisam divulgar como gastam os recursos, no mundo sindical a imunidade dada às entidades permite distorções.

As instituições não são obrigadas a publicar balanços. Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) afirmar que as entidades não es-

COMO AS ORGANIZAÇÕES PODEM USAR O DINHEIRO



COMO O GOVERNO USA A CONTRIBUIÇÃO

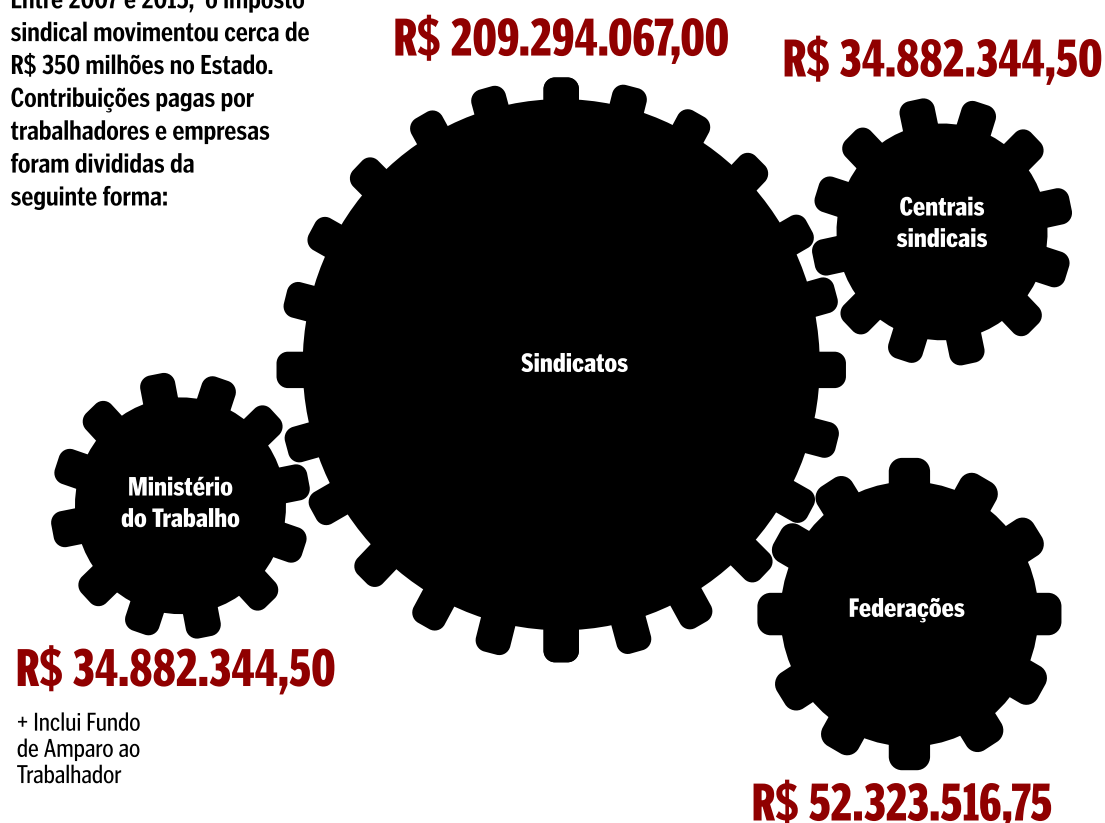
Os recursos da contribuição social destinados ao Ministério do Trabalho vão para a "Conta Especial Emprego e Salário", que compõe parte das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **O dinheiro é usado no pagamento do seguro-desemprego, no abono salarial, nas ações de desenvolvimento econômico, como qualificações profissionais, e no Programa de Proteção ao Emprego**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, CNI e sites de sindicatos

Infografia | Genildo

MÁQUINA DE ARRECAÇÃO

Entre 2007 e 2015, o imposto sindical movimentou cerca de R\$ 350 milhões no Estado. Contribuições pagas por trabalhadores e empresas foram divididas da seguinte forma:



tão blindadas à fiscalização e de o Tribunal de Contas da União atestar a legitimidade para analisar as contas, as apurações só acontecem quando há denúncias.

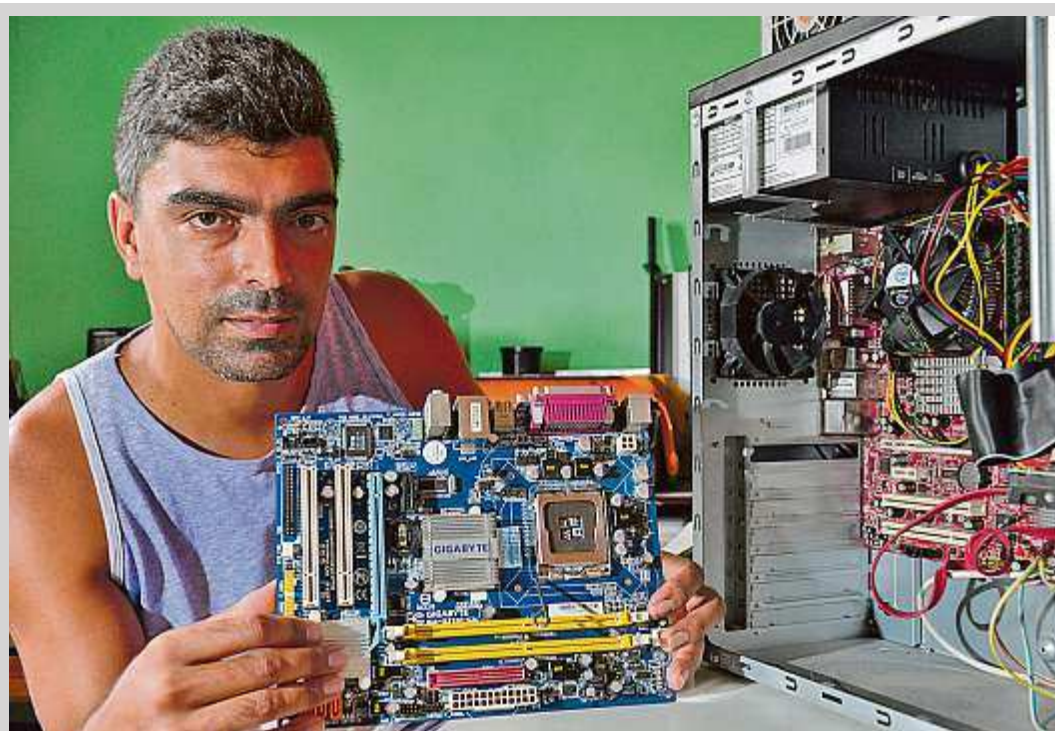
Essa falta de controle dos recursos é um chamariz de fraudes para fins variados, que vão desde enriquecimento pessoal ao uso desse dinheiro em campanhas eleitorais, como aconteceu em sindicatos de Linhares e de Vitória. Há casos também de organizações que faliram, sendo alvo de intervenção judicial e de ações civis públicas para a recuperação do dinheiro.

De 2014 para cá, foram abertos, na Justiça do Trabalho, 715 processos envolvendo cobranças indevidas, problemas nas eleições sindicais e nos registros sindicais. Parte das ações pertence ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que em 17 anos instaurou 2.050 procedimentos que incluem até a má aplicação do imposto sindical. São 120 inquéritos por ano para averiguar atos abusivos, ilegalidade da convenção ou acordo coletivo e descontos indevidos no salário ou no faturamento das empresas. Dos 126 procedimentos ativos no órgão, 20 casos são contra o Sindicato dos Rodoviários.

DISPUTA PELO PODER

Além de histórias como essa, ainda tramitam, na Justiça do Trabalho, diversos processos de destituição de líderes sindicais e de convocação de novas eleições por causa de possíveis falcatruas na composição da diretoria.

Relatos de defraudações também chegam à Superintendência Regional do Trabalho, que apura, por exemplo, denúncia de empresários de São Paulo comandando



Enquanto não consegue um novo emprego, Maurício faz "bicos", na área de informática

PREJUÍZOS PELA FALTA DE REPRESENTATIVIDADE

Por três anos e meio, Maurício Rodrigues Rocha, 31, trabalhou na construção civil, em uma região próxima de onde mora, Itabaiana, na divisa do Espírito Santo com a Bahia. Mas foi surpreendido com a sua demissão, quando o serviço acabou. "Nem tinha ideia de como era o processo de homologação", relata, destacando que os documentos foram assinados

pela Defensoria Pública de Ponto Belo, já que não há sindicato que o represente na cidade. Mas Rocha garante que nem tudo que era devido foi pago. "Muitos direitos, como férias e parte do 13º salário, ficaram atrasados." Sem alternativa de emprego formal, ele tem feito "bicos" para sobreviver, hoje oferece serviços de informática em sua casa.

“Recebi a homologação, mas alguns direitos ainda não foram pagos”

— MAURÍCIO RODRIGUES

EDSON CHAGAS

o Sindicato dos Cegonheiros no Espírito Santo. A briga pela instituição é ainda acompanhada pela Delegacia de Crimes contra a Vida da Serra, que apura se o assassinato, em 2011, do ex-presidente da instituição, Ivan Demachi Tavela, foi por disputa de poder, segundo o delegado titular, Marcus Vinícius Rodrigues de Souza.

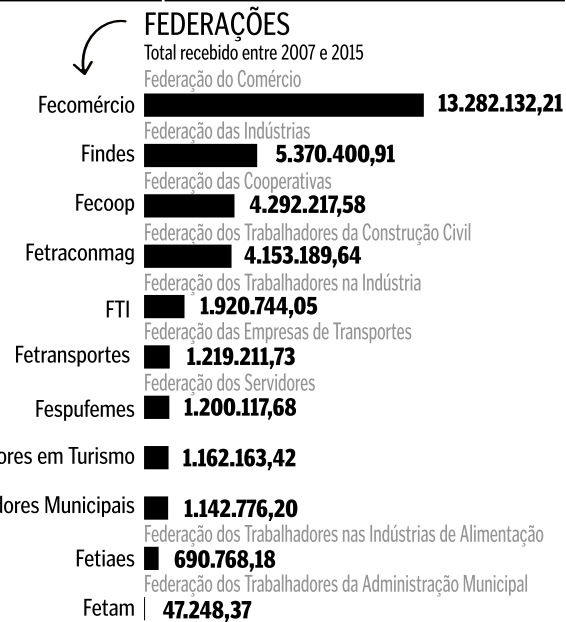
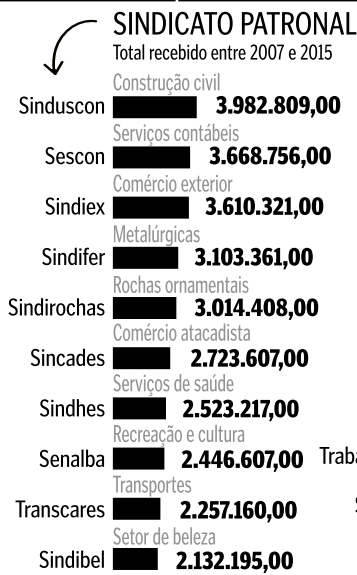
Brigas como essas, a propósito, têm levado a uma ruptura nas categorias e à criação de mais sindicatos, como aconteceu nos setores de vigilância e de rodoviários. Outro tipo de aberração é o inchaço de diretores nos sindicatos. São tantos que as contribuições não dão conta de pagar os salários. Há casos em que dirigentes se afastam do trabalho para assumir o cargo e não voltam mais para o mercado. Existem ainda os que nunca atuaram na categoria que representam e chegam a simular um contrato de trabalho com o intuito de ter passe livre à presidência.

Tudo isso leva os especialistas e os próprios sindicalistas a indicar uma necessidade de reforma nas regras do sindicalismo no país, que envolve transparência, fiscalização e fim do imposto sindical, como pontua o procurador do Trabalho João Carlos Teixeira, coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conales).

“É preciso melhorar a representatividade e a legitimidade. O que se vê é um baixo índice de filiação, pois o trabalhador não enxerga o sindicato como órgão de defesa dos seus direitos. O MPT quer oxigenar essa relação, mostrando a importância do sindicalismo e a necessidade de se ter uma gestão transparente com a divulgação da receita, das despesas e acesso pelo site”, assinala o procurador.

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Distribuição do dinheiro entre 2007 e 2015 aos sindicatos e às federações que atuam no Estado | TRABALHADOR DA INICIATIVA PRIVADA:  R\$ 144.200.767,70 | PATRONAL:  R\$ 88.664.837,43 | SERVIDOR:  R\$ 10.909.431,88 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Quais são as organizações que mais recebem contribuição sindical no Estado (R\$)



Infografia | Genildo

IMPOSTO CRIA FÁBRICA DE SINDICATOS

CONTRIBUIÇÃO MOVIMENTA INDÚSTRIA QUE TEM DE INSTITUIÇÕES ANÃS A FANTASMAS



EDSON CHAGAS

SEM DIREITOS

Após demissão, a comerciária Ediele Gomes precisou da Defensoria Pública para homologar sua rescisão. Em Ponto Belo, Norte capixaba, o sindicato não atende

⚡ No sistema fechado do sindicalismo, a falta de controle do imposto pelas autoridades torna fértil o terreno para a multiplicação de organizações. Como uma produção em série, a fábrica de sindicatos anda na contramão da tendência de esvaziamento no quadro de filiados, reflexo de um segmento que clama por mudanças. Prova da perda de credibilidade perante as categorias representadas no Estado é o pequeno número de filiados. O percentual alcança apenas 16% da força de trabalho capixaba, ou seja, são 285 mil sindicalizados numa população de 1,8 milhão de pessoas economicamente ativas.

No Estado, 40 sindicatos de trabalhadores não têm 100 associados. Entre essas instituições anãs, 12 não contam com 20 sócios. Ao todo, 138 não chegam a 1.000 filiados. Ainda há casos de organizações de fachada, formadas só para abocanhar o imposto sindical.

Não é à toa que o próprio movimento aprova o fim do imposto sindical. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT/ES), Jasseir Alves Fernan-

des, afirma que a taxação compulsória estimula a proliferação de “sindicatos cartoriais”, que só existem para ir em busca de recursos públicos. “A multiplicidade de instituições fragiliza a luta. Existem sindicatos que não têm nem 20% da categoria sindicalizada. Não faz sentido existirem.”

Para o procurador do Trabalho João Valentim, coordenador regional de Promoção da Liberdade Sindical, na medida em que o dinheiro vai para os sindicatos de forma compulsória, cria-se um mecanismo para que entidades possam viver sem necessariamente defender os interesses dos sindicalizados. “Temos uma profusão de sindicatos, muitos com um grande número de dirigentes sem compreensão do seu papel e sem entender que esse dinheiro é para implementar a luta dos trabalhadores.”

O superintendente-substituto do Ministério do Trabalho no Estado, Alcimar Candeias, destaca o papel dos sindicatos na defesa dos interesses sociais e profissionais. “Existem pessoas que pensam que o Ministério do Trabalho

tem uma fábrica de sindicatos, mas a maioria dos sindicalistas é composta por verdadeiras lideranças que atuam para trazer avanços para a categoria.”

IMPOSTO

Desde a sua criação, na década de 30, a arrecadação do imposto sindical se manteve às escuras. Só em agosto do ano passado, após decisão da Controladoria-Geral da União, o governo passou a publicar os valores repassados às instituições de 2007 para cá. Ao retirar do sigilo os dados da arrecadação do imposto sindical, porém, o governo não eliminou as barreiras. As informações são declaradas somente com o CNPJ e com o nome incompleto das cercas de 10 mil entidades beneficiadas. Para descobrir a distribuição dos recursos feita aos sindicatos no Estado, foi necessário cruzar as tabelas do Ministério do Trabalho com dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação, fornecidos, aliás, somente depois de decisão do ex-ministro Manoel Dias ao segundo recurso impetrado pelo jornal.

SINDICOMERCIÁRIOS TEM A MAIOR RECEITA

⚡ Entre os R\$ 350 milhões arrecadados de imposto nos últimos nove anos, cerca de R\$ 209 milhões foram para sindicatos, R\$ 52 milhões para federações, R\$ 34 milhões para centrais sindicais e mais R\$ 34 milhões para o Ministério do Trabalho. Para as instituições que representam os trabalhadores da iniciativa privada foram destinados R\$ 144 milhões, enquanto que os patronais ficaram com R\$ 88 milhões e os servidores, com R\$ 10 milhões.

“O que os sindicatos fazem com tanto dinheiro? Acredito que muitos não se preocupam em trazer benefícios para os trabalhadores”, questiona o advogado e ex-ministro do Trabalho Almir Pazzianotto.

Os pagamentos do imposto ocorrem para os trabalhadores da iniciativa privada e servido-

res públicos, geralmente em março. Empresas recolhem a contribuição em janeiro, e autônomos, em fevereiro.

Os números demonstram ainda que o sindicato que mais recebeu dinheiro do imposto sindical no Estado foi o Sindicomerciários: R\$ 27 milhões em nove anos, sendo R\$ 7 milhões só em 2015. Com mais de 5 mil associados, a instituição representa mais de 120 mil trabalhadores.

A segunda maior receita é do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (Sintraconst), que recebeu R\$ 10 milhões no mesmo período. É seguido de perto pelos metalúrgicos, com R\$ 9 milhões. Na área patronal, a instituição que lidera a arrecadação também vem do comércio. Em nove anos, foram pagos R\$ 13 milhões para a Fecomércio.



SURPRESA

Onde deveria funcionar a sede do Sindbombeiros, investigado por fraudes, encontramos, na Avenida Marechal Campos, em Vitória, um imóvel vazio. Nenhum vizinho sabia do paradeiro do suposto presidente, Zivan Roque Tavares.



INSTITUTO DE FANTASIA

Há quatro anos, funciona uma loja de aluguel de fantasias, no Bairro de Lourdes, em Vitória, onde deveria estar o Instituto de Desenvolvimento da Produtividade, que supostamente seria dirigido por Zivan.



EMPRESA DE FACHADA

Uma sala no Centro de Vitória deveria ser a sede da empresa Resgate e Soluções, a suposta empregadora do Zivan. Lá, no entanto, encontramos um escritório de contabilidade que está há 10 anos no mesmo endereço.

UM HOMIEM DE NEGÓCIOS



CHICO GUEDES/ARQUIVO

“Sou inocente. Não sou presidente de sindicatos, só da UST. Em Alvorada, Vila Velha, funciona a sede de uma associação”

POLÊMICO, ZIVAN ROQUE TAVARES É INVESTIGADO POR ABRIR FEDERAÇÃO E SINDICATOS

Num sobrado no bairro Alvorada, em Vila Velha, uma organização sindical parece se esconder das autoridades. O imóvel não tem qualquer placa, e o portão fica sempre fechado. Mas vizinhos e proprietários do imóvel confirmam que o local tem sido usado para atividades de um sindicato.

O inquilino da sala comercial é Zivan Roque Tavares, apontado como presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis (Sindbombeiros) e de uma federação da mesma categoria. O vínculo com a instituição não causaria qualquer estranheza, se não fosse pelo fato de Zivan ser investigado pelas autoridades por supostamente forjar uma contratação para tornar-se presidente da entidade sindical. Figura conhecida no meio trabalhista, o dirigente foi alvo de processos administrativos e, na Justiça, pela suspeita de ter aberto federações e sindicatos, como o Sindtter, Sindmontagens, Sindferagens e Sindprest – todos do setor de terceirização –, para representar segmentos de trabalhadores aos quais nunca pertenceu.

O sindicalista, que ainda era ligado ao Sindicato dos Compositores, também foi presidente do Partido Pátria Livre (PPL/ES), mas teve a filiação cancelada ao não fazer a prestação de contas do uso dos recursos do Fundo Partidário ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Ele é ainda suspeito de usar nomes de amigos e parentes para fundar o Sindbombeiros. Entre

ESCONDERIJO

Em uma sala escondida, em Alvorada, em Vila Velha, encontramos a sede da Federação dos Bombeiros Civis. A suspeita é de que a instituição funciona de forma clandestina, sem registro no Ministério do Trabalho



BERNARDO COUTINHO

eles havia funcionários de escolas, lavanderia e até gerente de supermercado. Um dos laranjas é o sobrinho de Zivan. Ele, que pediu para não ter o nome revelado por medo de perder o emprego, acusa o tio de fraude. “Quase fui demitido, e decidi denunciá-lo à polícia”, explica o jovem, que tem carteira assinada há sete anos e pretende processar o parente.

Cerca de R\$ 1 milhão em imposto sindical circulou pelos sindicatos administrados por Zivan. O Sindbombeiros recebeu no ano passado, por exemplo, R\$ 24 mil em contribuição compulsória.

Outro sindicato de Zivan, o Sindtter, fechado pelo Ministério do Trabalho por decisão da Justiça, arrecadou entre 2007 e 2012, R\$ 612 mil de contribuição sindical, dos quais R\$ 86 mil foram pagos depois

de o registro da entidade ter sido cancelado. O que não impediu o Sindtter de funcionar com o CNPJ do Sindbombeiros, homologando rescisões trabalhistas de funcionários de mais de 100 empresas do Estado. O caso foi encaminhado ao Ministério Público Federal.

PEREGRINAÇÃO

A busca por Zivan levou a uma peregrinação. Durante três dias, a reportagem visitou diversos endereços ligados ao sindicalista, mas descobriu residências, salas vazias e até escritórios de contabilidade.

Quem procura o dirigente no Bairro de Lourdes, em Vitória, na sede do Instituto de Desenvolvimento e da Produtividade da Vida Humana, uma associação privada que visa à defesa de direitos sociais, constituída em nome de Zivan, vai,

no máximo, alugar uma fantasia para festas. O CNPJ da entidade também era usado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Armação, cujo cadastro foi cancelado pelo Ministério do Trabalho.

Outra surpresa: no Centro de Vitória, no Edifício Navemar, seria a sede da Associação de Proteção à Família e aos Portadores de Necessidades Especiais do Espírito Santo, que teria sido criada por Zivan. Mas lá é uma residência.

Algo semelhante aconteceu no Edifício Banco, Indústria e Comércio, também no Centro. Na sala, onde funciona um escritório de contabilidade, é o endereço da empresa Resgate Soluções Prestação de Serviços Terceirizados. O Ministério do Trabalho suspeita que a firma, registrada em nome do irmão do Zivan, seja de fachada.

da. A intenção, aponta o órgão, seria justificar o fato dele ser presidente do Sindbombeiros, cujo mandato foi vetado por indícios de irregularidades nas eleições.

Desde que as investigações envolvendo o Sindbombeiros foram iniciadas, ninguém sabe a real localização da sede. A família de Zivan informou que o Sindbombeiros e a federação estavam em Alvorada. Em uma das três visitas ao local, a reportagem encontrou Emerson Rachel, que afirmava trabalhar no setor de homologação, mas, minutos depois, negou ser funcionário do Sindbombeiros e alegou ser ligado à Federação dos Bombeiros Civis. O que aconteceu após A GAZETA ligar para Zivan.

O dirigente nega e garante que lá, no imóvel alugado há dois meses, funcionaria a sede da Associação de Esporte, Cultura e Lazer. E mais, que não é presidente do Sindbombeiros. Zivan, que alega ser inocente das acusações, recusou-se a encontrar com a equipe para uma entrevista. Limitou-se a dizer que atualmente só é presidente da UST, uma central sindical que também não foi encontrada.

NA INTERNET

Veja vídeos e conteúdos interativos sobre o movimento sindical

AMANHÃ

Sindicatos faturam até três vezes mais com taxas extras